

## Ficha 1 (permanente) – 2018 – (Alteração Final em Reunião 30/11/2017)

Disciplina: Disciplina: Política e Planejamento da Educação Brasileira						Código: Código: <b>EP124</b> *Disciplina equivalente a EP073	
Natureza: ( X ) Obrigatória ( ) Optativa			( X ) Semestral ( ) Anual ( ) Modular				
Pré-requisito: -		Co-requisito: -		Modalidade: ( X ) Presencial ( ) Totalmente EaD ( ) ..... % EaD*			
CH Total: 60 CH semanal: 04	Padrão * (PD): 60 *30h teóricas *30h práticas (componente curricular)	Laboratório (LB): 0	Campo (CP): 0	Estágio (ES): 0	Orientada (OR): 0	Prática Específica (PE): 0	Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0
<b>EMENTA (Unidade Didática)</b>							
<p>Política, Estado e Democracia: relações com a educação. Síntese histórica da organização do sistema educacional brasileiro. Legislação e reformas educacionais. Políticas educacionais, Desigualdade e Diversidade. Planejamento, financiamento, avaliação e gestão dos sistemas educacionais. Políticas para o trabalho docente.</p>							
<b>Chefe de Departamento ou Unidade equivalente:</b> ____Marcos Alexandre dos Santos Ferraz____							
<b>Assinatura:</b> _____							

\*OBS (1): ao assinalar a opção % EAD, indicar a carga horária que será à distância.

[ATENÇÃO: ANEXAR BIBLIOGRAFIA DESTA FICHA 1 NA FOLHA SEGUINTE ]

Art. 9º da Resolução 30/90 – CEPE

**Padrão (PD):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente nos espaços de aprendizagem considerados padrão para as modalidades de ensino presencial e de educação à distância (EAD).

**Laboratório (LB):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em espaços de aprendizagem estabelecidos com infraestrutura especializada, tais como laboratórios, oficinas e estúdios.

**Campo (CP):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente mediante atividades de campo.

**Estágio (ES):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidos fundamentalmente em ambientes de trabalho mediante estágios regulados pela Lei nº 11.778, de 25 de setembro de 2008.

**Orientada (OR):** conjunto de estudos e atividades direcionados à vivência na atuação acadêmica e/ou profissional, em seus mais amplos aspectos, desenvolvidos em espaços educacionais internos e/ou externos à UFPR, com a participação direta de docente responsável.

**Práticas Específicas (PE):** conjunto de atividades de natureza prática, desenvolvidas em ambientes que apresentem restrições ao quantitativo de alunos por docente e que exijam controle rigoroso envolvendo questões de segurança, dignidade, privacidade e sigilo e/ou atenção do docente individualizada ou a pequenos grupos para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, com a participação direta do docente responsável.

**Estágio de Formação Pedagógica (EFP):** conjunto de estudos e atividades desenvolvidas fundamentalmente no âmbito da educação básica, sob a forma de “práticas de docência” e “práticas pedagógicas de organização do trabalho escolar”, envolvendo a orientação direta docente em ações que vão desde a intermediação no acordo de colaboração entre a UFPR e os estabelecimentos de ensino, até o acompanhamento sistemático e processual do planejamento, da execução e da avaliação das atividades desenvolvidas pelos licenciandos, o que requer o contato contínuo e presencial do professor nos diferentes campos de estágio e consequentemente a limitação de alunos por turma.

## **BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA EP124 - 2018**

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134>.

SAVIANI, D. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas*. Campinas/SP. Autores Associados, 2014.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (Org.). *Políticas educacionais: conceitos e debates*. Curitiba: Appris, 2011. v. 1. 216p.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. A política de fundos em perspectiva histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb. *Em Aberto*, v. 28, p. 45-65, 2015. Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2457/2414>>

JACOMINI, M.; ALVES, T.; CAMARGO, R. B. Remuneração docente: Desafios para o monitoramento da valorização dos professores brasileiros no contexto da meta 17 do Plano Nacional de Educação. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 24, p. 73, jul. 2016. ISSN 1068-2341. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/2386/1798>>

OLIVEIRA, D. A. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul.-set, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n132/1678-4626-es-36-132-00625.pdf>

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). *Gestão, financiamento e direito à educação: Análise da Constituição Federal e da LDB*. São Paulo: Xamã, 2007. v. 1. 143 p

PINTO, J. M. R. *Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios*. *Cadernos de Pesquisa*. v.44 n.153 p.624-644 jul./set. 2014 625. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a08v44n153.pdf>